

# Um bem público

**Universidade** O recente pleito eleitoral que concedeu vitória ao candidato de extrema direita Jair Bolsonaro redireciona o debate sobre os rumos do governo federal, tema este que toca diretamente as universidades públicas. Na página 3 desta edição, o reitor, Rui Vicente Oppermann, e a vice-reitora, Jane Tutikian, em entrevista, analisam a conjuntura que agora se desenha e projetam os rumos da UFRGS. Reafirmam a universidade como um bem público, como agente formador de profissionais qualificados e como produtora relevante de conhecimento. A reportagem das páginas 6 e 7 analisa a composição do chamado custo-aluno – em geral tido como exagerado, mas que inclui os vários papéis exercidos pelas universidades públicas nas comunidades em que estão inseridas. Com pontos de vista dos reitores da UFSM e da UFRJ e do presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, a matéria analisa o lugar do ensino público como promotor da justiça social e realça a importância da manutenção da autonomia universitária, preceito constitucional que garante o livre debate no país e que permite o desenvolvimento em suas diversas formas – já que o conhecimento científico atua na fronteira e, em muitos momentos, se contrapõe à tradição. Esta edição do JU, portanto, pretende trazer à luz a contraposição entre custo e investimento – ideias próximas, mas que expressam olhares diferentes sobre o processo educativo, social, científico e cultural que o sistema público e gratuito de ensino superior representa.

## POLÍTICA EXTERNA

### Alterações podem mudar o papel do Brasil no mundo

Em artigo, o professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS André Luis Reis da Silva analisa os desafios que serão enfrentados pela nova administração nas relações internacionais e alerta para os riscos que a apresentação de soluções simplistas para desafios complexos pode representar para o país. “Na primeira década do século XXI, o país fortaleceu seus ativos diplomáticos nas várias esferas, mas esse esforço vem sendo consumido lentamente nos últimos anos”, pondera. **P4**

## CONGRESSO NACIONAL

### Presidencialismo de coalizão em questão

Apesar do aumento de parlamentares alinhados ideologicamente ao novo governo, a renovação no Congresso Nacional ainda deixa a presidência com quórum abaixo do necessário para aprovar as emendas constitucionais pretendidas. Em artigo sobre a relação entre os poderes nacionais, o cientista político André Marengo pondera que a incapacidade de diálogo e de negociação revelada por portavozes do governo sugere confrontação institucional entre o executivo, o legislativo e o judiciário. **P5**

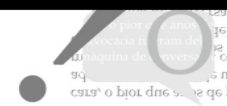
## AÇÕES DE GOVERNO

### Políticas sociais em perspectiva

**P8 e P9**







## Espaço da Reitoria

Hélio Henkin,  
Pró-reitor de Planejamento e Administração

# Finanças e perspectivas para 2019

A UFRGS tem procurado se adaptar às severas restrições orçamentárias que se estabeleceram a partir de 2016 com a aprovação da Emenda Constitucional 95, a qual estabeleceu limite rígido para o crescimento dos gastos da União. Com a aprovação da emenda, foram afetadas principalmente as despesas discricionárias (Outras Despesas de Custeio e de Capital ou OCC), as quais, em conjunto com as despesas de pessoal (ativos, inativos, pensionistas e benefícios), compõem a execução orçamentária total da UFRGS. Ao longo dos últimos anos tem ocorrido uma diminuição contínua da proporção das despesas OCC no orçamento total da Universidade. Em 2018, essa proporção, pela primeira vez, ficará abaixo de 10%, evidenciando as dificuldades para arcar com despesas de funcionamento e para investir em obras e equipamentos.

A evolução recente da situação orçamentária da UFRGS pode ser assim sintetizada: ao final de 2016, foi aprovada, na Lei Orçamentária para 2017, proposta que implicou queda de cerca de R\$ 20 milhões nas despesas OCC, correspondendo a um declínio de 10% em valores nominais. A partir de 2017, o orçamento de custeio tem se mantido no mesmo nível baixo, em termos nominais, inclusive na proposta orçamentária para 2019, já remetida ao Congresso Nacional (o que significa queda em termos reais, pois os preços e tarifas de bens e serviços

contratados aumentam a cada ano). Além disso, a dotação de capital tem tido trajetória de queda ainda mais acentuada.

Esse quadro tem tornado mais árdua a tarefa de manter em dia os compromissos financeiros da Universidade. A preocupação maior é com os pagamentos de serviços terceirizados, para preservar a qualidade da infraestrutura, bem como para evitar transtornos aos funcionários das empresas que atuam na UFRGS.

Diante disso, a gestão orçamentário-financeira da Universidade tem buscado atuar em dois grandes eixos: 1) redução de despesas de custeio operacional, por meio de iniciativas de racionalização, tendo como balizador a preservação da qualidade acadêmica, da assistência estudantil e das condições de segurança nos câmpus; 2) o esforço de ampliar a capacidade de arrecadação direta, através de ações coordenadas para o aumento de receitas que permita a atualização de equipamentos e as reformas de espaços físicos necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O esforço conjunto da Administração Central e das Unidades Acadêmicas tem sido exitoso em preservar o objetivo estratégico da excelência acadêmica, buscando-se manter a capacidade de aquisição de livros, periódicos, softwares, equipamentos para pesquisa e ensino a distância,

materiais para aulas práticas e para pesquisa em laboratórios. As evidências estão nos processos de avaliação institucional e nos rankings universitários, nos quais a UFRGS segue em destaque. Por outro lado, a arrecadação direta (na chamada Fonte 250) tem permitido a realização de reformas prediais importantes, viabilizando a melhoria de laboratórios de informática, salas de aulas, entre outros espaços importantes. A conclusão do Centro Cultural é um exemplo de destaque entre os resultados positivos desse esforço. No corrente ano, houve aumento significativo da arrecadação direta da UFRGS, o que foi importante para obter a inclusão de dotação orçamentária mais elevada na Fonte 250 na proposta legislativa para 2019.

Essas iniciativas deverão abrir espaço, em 2019, para buscar dotações orçamentárias adicionais que permitam iniciar investimentos importantes, como na Biblioteca do Câmpus do Vale, e para manter a capacidade de prover bens e serviços para o suporte à atividade acadêmica de excelência. Entretanto, é fundamental que seja flexibilizada a restrição orçamentária do teto dos gastos, encontrando-se uma combinação de aporte fiscal do Tesouro Nacional e com a arrecadação direta que viabilize uma trajetória sustentável e condizente com a complexidade e importância da UFRGS para o desenvolvimento do país.

## INVENTÁRIO



19 a 23 de novembro

Faça a leitura da sua sala.  
SOMOS TODOS RESPONSÁVEIS!



ufrgs.br/proplan/inventario-2018



## Carta aos leitores

“Ninguém solta a mão de ninguém”, foi uma das frases que pipocou pelas redes sociais tão logo o resultado da eleição presidencial foi divulgado no último dia 28 de outubro. Criada pela artista e tatuadora mineira Thereza Nardelli, a imagem sintetiza o que resta a muitos brasileiros depois do sufrágio que levou ao poder o autor de outra frase célebre: “a minoria tem que se calar, se curvar à maioria”, disse Jair Bolsonaro em entrevista dada em 2016.

Tendo em vista o jornalismo como condição para a existência de uma nação democrática, temos como norte a pluralidade e a diversidade. O dístico que remete à solidariedade, à empatia e ao afeto é, pois, reafirmação desses princípios. Afinal, o Estado brasileiro – e, portanto, o serviço público, onde estamos inseridos – é o ente que acolhe todo e qualquer indivíduo sem qualquer distinção.

Eleito o novo presidente da República e renovado o Congresso Nacional, é hora de analisar os rumos que essa composição pode representar. No artigo de André Marinho, esmiúçam-se as filiações ideológicas e as aproximações mais prováveis, além dos impactos disso nas intenções do futuro presidente com pautas de diferentes tipos. Além disso, elaboramos uma reportagem para a qual ouvimos pesquisadores de diversas

áreas sobre variados temas: é provável que haja um avanço de posicionamentos mais conservadores, como se tem percebido no mundo todo. No Brasil, porém, isso ganha contornos mais moralistas e de vinculação religiosa quando se discutem sobretudo questões de educação e gênero. O artigo de José Luiz Reis Silva complementa esse quadro com uma análise da inserção brasileira no contexto mundial – já que os posicionamentos da equipe de Jair Bolsonaro apontam na direção de um rumo bastante diverso do que até então a nação tomava – que se delineava desde o início do governo de Michel Temer.

Para marcar o lugar desta universidade neste mês de seus 84 anos, trazemos os relatos da professora e ex-reitora Wrana Panizzi, da técnica-administrativa Maria Conceição Lopes Fontoura e da egressa do curso de Direito Gabriela Fischer Armani. Ainda, um ensaio fotográfico sintetiza muitos dos momentos representativos da produção artística, pedagógica e cultural da UFRGS. Reafirmamos, assim, o lugar da instituição pública como articuladora de algo maior do que o ensino – este por si só um bem social fundamental para sociedades que se pretendem desenvolvidas.

Boa leitura!

## Errata

Na edição anterior, nas páginas 8 e 9, publicamos a reportagem *Ciência faz carreira*, com alguns dos ganhadores do Prêmio Jovem Pesquisador na primeira edição do Salão de Iniciação Científica da UFRGS, em 1989. Na composição da página, as fotos de dois dos entrevistados saíram trocadas. Elas estão reproduzidas abaixo com a identificação correta.



Eduardo Vélez,  
Ciências Biológicas



Lucio Martins,  
Ciências Exatas e  
da Terra



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,  
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Vice-reitora**  
Jane Fraga Tutikian  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
André Iribure Rodrigues  
**Vice-secretária de Comunicação Social**  
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE  
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
E-mail: jornal@ufrgs.br

**Conselho Editorial**  
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sansaverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer  
**Editor-chefe** Everton Cardoso  
**Editora-executiva** Jacira Cabral da Silveira  
**Editor-assistente** Felipe Ewald  
**Repórteres** Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein  
**Projeto gráfico** Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)  
**Diagramação** Carolina Konrath  
**Fotografia** Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli  
**Revisão** Antônio Falçetta  
**Bolsistas (Jornalismo)** Bárbara Lima, Carolina Pasti, Emerson Trindade Acosta, Isabel Linck Gomes e Natalia Henkin  
**Estagiários** Henrique Moretto e Lucas Borghetti  
**Circulação** Douglas de Lima  
**Impressão** Gráfica da UFRGS  
**Tiragem** 10 000 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

jornaldufrgs





# Os caminhos da Universidade

**Educação** Reitor e vice-reitora da UFRGS tratam das perspectivas para os próximos quatro anos

Com a chegada de um novo governo, novas incertezas e ameaças rondam as universidades brasileiras. Financiamento, autonomia universitária, tudo está em jogo. O reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, e a vice, Jane Tutikian, falam sobre as perspectivas para o futuro próximo do Ensino Superior.

**Quais são as preocupações da Universidade?**

**Rui** – A primeira preocupação que a gente tem é a garantia dos direitos constitucionais que a Universidade, como instituição pública e gratuita, tem diante da Constituição. Esse fundamento vem junto com o preceito de que a democracia é um sistema de governo que está estabelecido constitucionalmente, conforme enfatizado recentemente pelo presidente do STF. Então não há que se falar em qualquer mudança nesse sentido. O fato é que a democracia não é apenas o voto; o voto é apenas uma parte dela.

**Jane** – Seria devastador para a UFRGS o governo assumir uma posição de não reconhecimento da Autonomia Universitária conforme determina a Constituição de 1988, em que as universidades exercem seu papel crítico e propositivo perante a sociedade, sem limites impostos por governos, crenças religiosas, mercado ou interesses particulares. Seria devastador para a UFRGS como um todo qualquer patrulhamento ideológico.

**Quais os desafios atuais da UFRGS? Se o próximo governo seguisse a mesma linha**

**do que está hoje no poder, quais seriam as dificuldades e quais as perspectivas?**

**Jane** – Se mantidas as mesmas diretrizes estabelecidas pelo atual governo, as dificuldades serão enormes. Podemos começar pela Emenda Constitucional n.º 95, a chamada Lei do Teto. As despesas e os investimentos públicos ficam limitados aos mesmos valores gastos no ano anterior, corrigidos pela inflação, durante 20 anos. Isso impacta a educação, a saúde e a segurança, ou seja, aquilo pelo que o povo mais clama neste momento. Não tem como suportar isso! Em abril de 2018, saiu uma portaria que autorizava o uso da verba própria para o pagamento da folha de pessoal, e a universidade teve de arcar com o pagamento dos aposentados. Isso tudo significa falta de investimento em obras novas, falta de manutenção e construção de laboratórios, impossibilidade de aquisição de livros. Afora esse problema, a suspensão de novas vagas docentes e de técnicos vai de encontro à expansão da Universidade, inclusive com a abertura de novos cursos. O descaso com a ciência e a tecnologia, um outro fator, com a diminuição de recursos para a pesquisa, tem de ser enfrentado. Além disso, a pouca importância atribuída à área das humanidades é absolutamente preocupante.

**E esses episódios que vimos recentemente, de Polícia Federal entrando nas universidades e algumas sanções, como podemos ler isso e que alertas isso nos põe?**

**Rui** – Acho que esses desmandos

judiciais são ataques à autonomia das universidades e são, em princípio, inconstitucionais. Tanto é verdade que a ministra do STF Carmen Lúcia fez um parecer dizendo que as universidades tinham que ser respeitadas no seu fundamento como espaço político crítico. E que nem a Justiça nem a Polícia Federal poderiam coibir as manifestações de pensamento crítico que ocorreram nas universidades como um todo, inclusive na nossa. Houve uma ação de dois deputados contra a atividade política aqui dentro, e é isso que temo; que tais atitudes não tenham fim. Nós não podemos deixar este clima continuar. As universidades públicas não são da esquerda nem da direita. Elas são do povo. Portanto, no momento, essa autonomia é o que mais me preocupa. Por quê? Porque têm ocorrido manifestações de que as universidades são entidades que dependem de financiamento público e que elas não têm interação com a sociedade, para justificar propostas de mudança da própria natureza pública e gratuita da universidade. Porém, se mantido um nível de debate, nós temos a mais absoluta convicção de que não prosperará a ideia de mudar o financiamento público das universidades porque esse investimento traz retorno inestimável com a formação de profissionais que trabalharão para o bem-estar da sociedade. Não há como valorar isso. Além do mais, a universidade tem interações com pesquisa de ponta e tecnologia, tanto públicas quanto privadas, que são importantíssimas para o desenvolvimento do conhecimento e da inovação.

**Vimos, na campanha do presidente eleito, fala sobre uma mudança de investimento do ensino superior para o ensino básico. Que papel tem cumprido a universidade até agora, pensando nessa ideia de bem intangível para a sociedade?**

**Rui** – Entendo que o investimento no Ensino Básico é fundamental. Não há dúvida nenhuma de que uma grande transformação da nossa sociedade só vai ocorrer quando esse investimento resultar em mudanças profundas na educação da nossa população. Nós temos, na nossa história, períodos em que foi feito esse investimento. Aqui no estado devo lembrar o Brizola, que fez uma revolução no Ensino Básico com as “Brizoletas”. E ali houve toda uma geração, a minha geração, algumas depois de mim, que se educaram a partir desse princípio. Então, sim, a educação básica precisa desse financiamento e temos de festejá-lo, mas não se trata de retirar o dinheiro do financiamento do Ensino Superior para colocar no Ensino Básico, mas, sim, de aumentar o financiamento no sistema educacional. Educação, segurança, saúde são obrigações, e, nesse sentido, as universidades têm uma parcela fundamental porque formamos professores. Então, se quisermos bons educadores de matemática, física, geografia, sociologia, música, artes, esportes, muitos deles estão sendo qualificados nos cursos de licenciatura das universidades federais, particularmente no Rio Grande do Sul. Por isso, não há como dissociar a Educação Básica do Ensino Superior.







# Os desafios da política externa do novo governo

André Luiz Reis da Silva\*

As eleições deste ano foram marcadas pela disputa aguda de projetos políticos diferenciados, em muitos casos antagônicos. Embora a política externa brasileira não figure como tema central nos assuntos eleitorais, estavam em pauta posicionamentos sobre as escolhas e prioridades nessa área que impactam diretamente na vida nacional. Ao descer do palanque eleitoral e subir a rampa do Planalto, o novo presidente encontrará o duro jogo das Relações Internacionais, que não permite a completa expressão da vontade partidária ou ideológica. Os desafios são enormes, e uma estratégia inadequada para a política externa pode causar danos irreparáveis e retrocessos com alto custo para o país, seja econômico, seja securitário, seja social.

Inúmeros desafios constam na agenda internacional do Brasil: as grandes rodadas de negociação comercial, os desafios para garantir a segurança da nossa “Amazônia Verde” e da nossa “Amazônia Azul”, as transformações tecnológicas, os efeitos da crise econômica global, o fortalecimento das organizações internacionais, a cooperação para o desenvolvimento da base tecnológica brasileira, a defesa da soberania em relação ao pré-sal, o assédio das potências extrarregionais em nosso entorno estratégico (América do Sul e Atlântico Sul), entre tantos outros temas.

Muitas dessas questões dependem do multilateralismo. A atuação brasileira nos fóruns multilaterais na primeira década do século XXI foi baseada em uma interpretação da difusão de poder no sistema internacional, com tendências multipolares, utilizando intensamente variadas articulações para defender os interesses estratégicos brasileiros como forma de contrabalançar o poder hegemônico das grandes potências. Assim tem sido em organizações como a ONU e a OMC, mesmo diante de certa paralisia que tem marcado tais instituições multilaterais. Essas são arenas nas quais o Brasil sempre se movimentou bem, dado seu histórico e também suas condições estruturais como potência intermediária.

Já as relações com os Estados Unidos e a China constituem duas variáveis que poderão influir nas decisões e no posicionamento do Brasil nos próximos anos, dado seus respectivos pesos econômicos e geopolíticos. O governo Trump ainda não desenvolveu uma política clara para América do Sul, mas é de se cogitar um aumento da pressão sobre a região num futuro próximo. Ao contrário do que se pode imaginar, um país de posição intermediária como o Brasil não pode simplesmente se transformar em aliado incondicional de uma grande potência, sob o risco de perda maior de autonomia decisória. As experiências mais marcantes de alinhamento automático aos Estados Unidos (governos Dutra, Castelo Branco e Collor) mostraram os magros resultados e decepções desta estratégia equivocada.

Por outro lado, projetos globais da China merecem atenção do Brasil, pelos desafios, ameaças e oportunidades apresentados. Os chineses, que se fazem cada vez mais presentes na América do Sul e na África – nosso entorno estratégico – exigirão um esforço diplomático adicional,

já que uma posição de enfrentamento ou subordinação poderá dificultar ainda mais a saída da crise brasileira. Assim, a crescente presença chinesa e a retomada da ofensiva comercial dos EUA são desafios que precisam ser discutidos no âmbito do Mercosul. Uma redução unilateral de tarifas também não é estratégia adequada, pois retira do Brasil capacidade negociadora. A União Europeia por sua vez, embora parceira estratégica, ainda não ofereceu um bom acordo de comércio para o Mercosul. Por esses motivos, é importante retomar a relevância do mercado comum como espaço de inserção internacional do Brasil. Isso significa trabalhar para evitar o superávit com os vizinhos e garantir o comércio qualificado (para onde de fato vai boa parte das nossas exportações industriais). Embora pareça contraintuitivo, esta é a estratégia esperada de uma liderança de processo de integração de longo prazo.

As relações bilaterais nos últimos anos tiveram uma mudança de enfoque, com a bem-sucedida aproximação entre África do Sul, Índia, China e Rússia, formando os BRICS. Ao reforçar suas alianças com

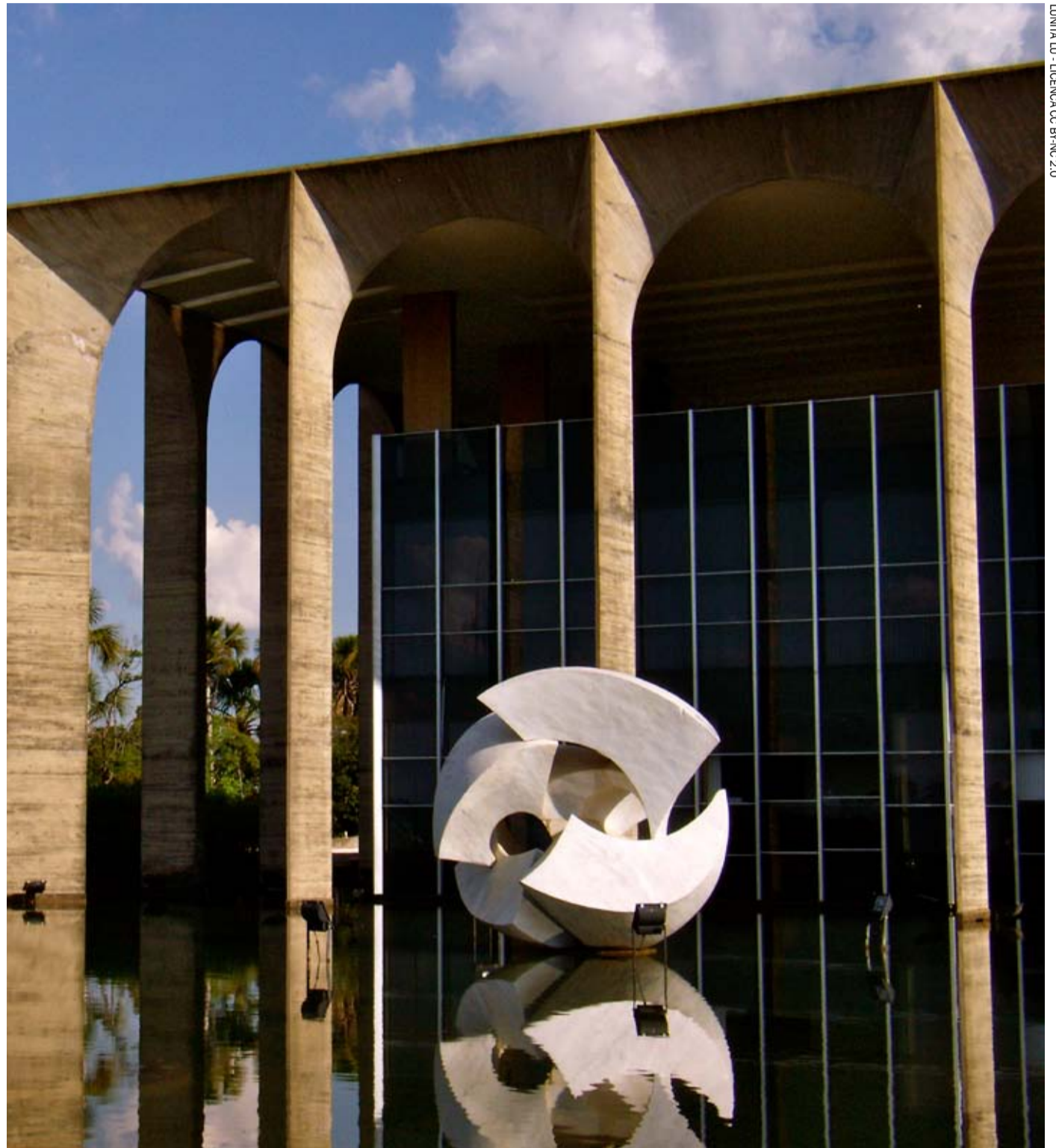
nações em desenvolvimento que defendem a multipolaridade, o Brasil aumenta sua autonomia e capacidade de barganha. Um eventual desengajamento, associado à diminuição da cooperação Sul-Sul, reduziria a presença internacional do Brasil, deixando os países emergentes sem um importante aliado. Da mesma forma, as expectativas e os resultados alcançados diplomaticamente na África não permitem recuo, semelhante ao que ocorreu nos anos 1990. A cada retrocesso brasileiro em importantes regiões africanas, avançam outros países.

Por último, o cenário do Oriente Médio também exigirá do Brasil atuação mais assertiva. A posição diante da questão Palestina versus Israel merece um tratamento atento, que evite manobras com potencial desestabilizador para o Brasil e para o delicado conflito. Uma manobra imprudente de transferência de embaixada poderá prejudicar a inserção brasileira na região por décadas. Já em relação ao petróleo, o duplo papel do Brasil como produtor-consumidor e importador-exportador impõe uma agenda cruzada, com significativos reflexos na atuação diplomática para apoio

a esse setor estratégico. Nesse contexto, a diplomacia brasileira precisa garantir à Petrobras a defesa da nossa soberania.

Enfim, na primeira década do século XXI, o país fortaleceu seus ativos diplomáticos nas várias esferas, mas esse esforço vem sendo consumido lentamente nos últimos anos. O Brasil, como uma potência regional e intermediária, precisa ter política externa compatível com suas capacidades. Dessa forma, a diplomacia do novo governo não deveria indicar um desmonte de construções realizadas nas últimas décadas para assumir estratégias ultrapassadas, como se estivéssemos no tempo da Guerra Fria. Esse caminho, se confirmado, provocaria um perigoso desengajamento estratégico. O momento internacional apresenta desafios complexos que não comportam soluções simplistas, alinhamentos subordinados, manobras descuidadas, tampouco discurso diplomático estilo “redes sociais”. É o destino de uma nação que está em jogo.

\*Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS





# Presidencialismo sem coalizão?

André Marengo\*

É natural que o foco principal da atenção de eleitores e analistas concentre-se sobre as eleições presidenciais. Contudo, olhar para os resultados produzidos pelos votos nas eleições legislativas pode revelar tendências importantes para o próximo ciclo governamental. A distribuição de cadeiras no Congresso indica a efetiva força de cada legenda partidária e, principalmente, o tipo de relações entre Executivo e Legislativo no próximo período. O Brasil possui um modelo institucional batizado de *presidencialismo de coalizão*, caracterizado por governo presidencial combinado a multipartidarismo fragmentado e legislativo bicameral. Na ausência de maiorias unipartidárias (uma maioria de cadeiras legislativas concentradas em um único partido), presidentes necessitam montar coalizões multipartidárias para governar, aprovar projetos ou propostas de emendas constitucionais.

O Congresso eleito em 2018 acentuou tendências apresentadas em legislaturas anteriores, com incremento na fragmentação, na volatilidade partidária e no predomínio conservador. Utilizando o Índice de fracionalização parlamentar (F), que varia de 0 (quando um único partido concentra todas as vagas legislativas) a 1 (quando cada cadeira é conquistada por um partido diferente), a Câmara dos Deputados eleita em 2018 apresenta  $F=0,94$ , o que corresponde às maiores taxas de fragmentação partidária na história do país e à mais elevada em democracias no mundo. A volatilidade parlamentar (que indica a instabilidade e flutuação partidária) foi equivalente a 32,3%, comparável apenas às eleições legislativas de 1990.

Considerando um critério de alinhamento ideológico, bancadas de partidos conservadores cresceram de 41,9% (2014) para 55,4% (2018) das vagas na Câmara dos Deputados. Destaca-se o expressivo crescimento do PSL, impulsionado pelo *coattail effect* de sua candidatura presidencial, mas também PRB, NOVO e DEM apresentaram taxas de crescimento em suas bancadas parlamentares. No extremo oposto, bancadas de esquerda apresentaram ligeiro declínio, de 145 (28,2%) para 137 (26,7%) cadeiras na Câmara dos Deputados, especialmente em decorrência de perdas do PT (menos 13 cadeiras), parcialmente compensadas por avanços do PDT (+9) e PSOL (+5). As maiores perdas ficaram com partidos como MDB (de 66 para 34 cadeiras) e PSDB (de 54 para 29 deputados), contribuindo para um declínio do conjunto do centro parlamentar, de 29,8%, em 2014, para 17,9%, neste ano.

Fator institucional importante nesta eleição foi a entrada em vigência da Emenda Constitucional 97/17, que instituiu a “cláusula de desempenho”. Por esse novo dispositivo, para ter acesso a fundo partidário e tempo de TV, cada partido teria de eleger pelo menos 9 deputados federais em 9 estados ou obter 1,5% dos votos nacionais em 9 estados diferentes, com um mínimo de 1% em cada uma dessas unidades da federação. Além disso, para eleger-se, um deputado deveria obter votação nominal de pelo menos 10% do quociente eleitoral em seu estado. Dos 35 partidos que disputaram as eleições de 2018, 12 não cumpriram essas

exigências, sendo que sete destes elegeram representantes: PC do B (9), PRP (4), PMN (3), PTC (2), REDE (1), PPL (1), DC (1). PCO, PSTU, PCB, PMB e PRTB não elegeram nenhum parlamentar. Como essa regra prevê limites mais elevados até 2030, pode-se prever – mantidas constantes as atuais distribuições de voto e vagas legislativas – uma redução para 11 no número de partidos com bancadas parlamentares nessa data.

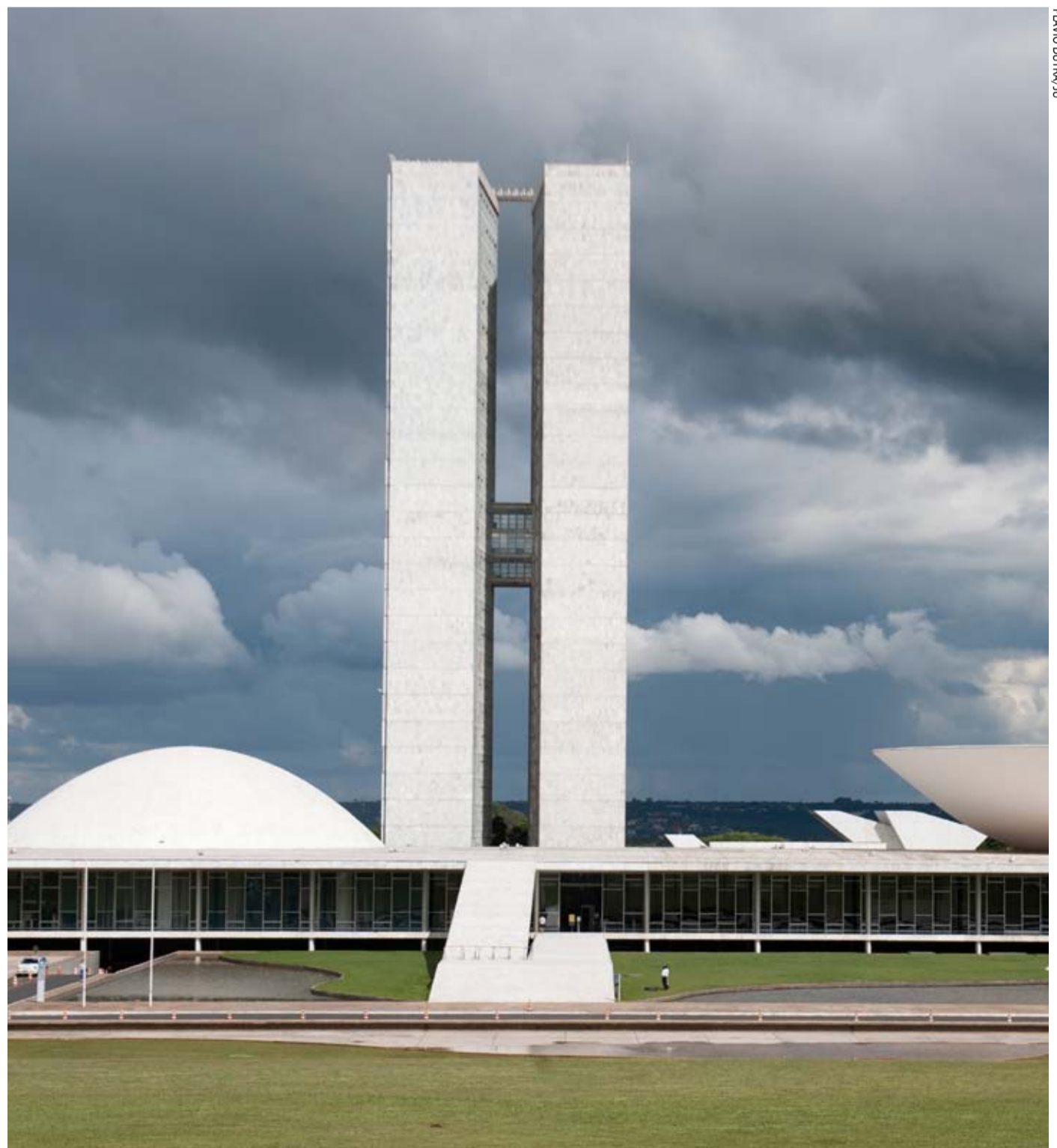
O que a distribuição de forças partidárias permite projetar sobre as relações entre o novo governo e o Congresso? Considerando os partidos que declararam apoio formal a Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais (PSL, PTB, PSC, PSD, DEM, PODE), chega-se a 144 deputados federais, ou 28,1% da casa, número muito aquém do quórum de 3/5 para mudança constitucional ou mesmo para aprovação de projetos ordinários. Acrescentando ainda outras legendas integrantes do “Centrão”, como PP, PR e PRB, bem como partidos com afinidades a uma agenda conservadora, a exemplo de Avante, Patriota, PRP, PMN, PTC e DC, o tamanho da base governista poderia chegar a 272 parlamentares,

suficiente para passar projetos ordinários, como a mudança no Código Penal no sentido de aprovar a “exclusão de ilicitude”, mas aquém do quórum para aprovação de emendas constitucionais (308), como a reforma da Previdência ou a redução da maioria penal. Levantamento realizado pelo jornal O Estado de S. Paulo junto às bancadas eleitas em 2018 chegou a 227 favoráveis a uma reforma da Previdência, número que se reduz a 154 quando se trata de equiparar regras do setor público ao privado. Considerando que para mudanças na Constituição são necessários votos de 3/5 dos parlamentares na Câmara e no Senado em dois turnos, a distribuição de cadeiras na câmara alta apresenta dificuldade adicional para o novo governo. Somando todos os senadores filiados a partidos de direita, chega-se a 39 (48,1%), talvez insuficiente para projetos de lei e mais distante ainda para a alteração constitucional. Nesse cenário, os votos do MDB (34 na Câmara e 18 no Senado) tornam-se decisivos.

Administrar uma base de governo com 15 legendas e, ainda, promover uma negociação com partidos como o MDB constituem processo complexo, que exige

disposição para negociação e concessões. O histórico do “Centrão” e do MDB sugere forte preferência por cargos e verbas, acima de afinidades ou agenda ideológicas, e pouca lealdade a governos. Muita areia para quem há dois anos obteve apenas quatro votos na eleição para a presidência da Câmara. Em paralelo, dois sinais emitidos por porta-vozes do novo governo indicam pouca disposição para moderação e concessões. De um lado, a decisão de reduzir o número de ministérios e cargos de confiança, o que indica menor poder de atração governista, sobretudo após um período de “lua de mel”. Ao mesmo tempo, declarações de lideranças bolsonaristas sugerindo confrontação institucional com o Supremo Tribunal Federal e o próprio Congresso revelam que um cenário de conflito institucional está em sua agenda, provavelmente baseado no cálculo de que “um soldado e um cabo” sejam suficientes para substituir também 308 parlamentares.

\*Professor Titular do Departamento de Ciência Política e Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFRGS



FLAVIO DUTRA/JU



# Liberdade e compro com a democracia

## Ensino superior Reitores da UFSM e da UFRJ avaliam as consequências do processo eleitoral na educação e na produção científica

Ânia Chala\*  
Natalia Henkin\*\*

Na semana que antecedeu o pleito de 28 de outubro, 17 universidades brasileiras sofreram intervenções judiciais por supostas atividades irregulares de campanha. As operações resultaram em interrupção de aulas, intimidação de professores e estudantes e recolhimento de faixas e materiais impressos. Em consequência, a Procuradoria-geral da República ajuizou no STF ação de descumprimento de preceitos fundamentais para suspender os atos, que foram também criticados por representantes do Ministério

Público Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. A ministra do STF Carmen Lúcia concedeu liminar suspendendo as ações, afirmando que a liberdade de pensamento é direito fundamental do indivíduo, e não concessão do Estado.

Ao comentar a repercussão das medidas, o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, disse que a universidade pública é uma instituição autônoma, tem leis próprias e trabalha dentro de uma lógica própria. A ela deve ser assegurada a liberdade de pensamento, de expressão e de posicionamento. “O espaço acadêmico não pode ser, de maneira alguma, cerceado”, afirma. Para ele, as instituições públicas de ensino superior têm caráter estratégico na luta por uma mudança estrutural, capaz de tornar a sociedade mais justa, democrática, igualitária e sustentável. Esse foi, aliás, um dos pilares defendidos na Conferência Regional de Ensino Superior (CRES-2018), realizada em julho na cidade de Córdoba, Argentina. A partir do cenário pós-eleitoral em nosso país, os dirigentes avaliaram os desafios que se apresentam diante do novo governo, que tomará posse em 1.º de janeiro do próximo ano.

**Protagonismo** – O reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Paulo Afonso Burmann, ressalta que os princípios da Reforma

Universitária de Córdoba, ocorrida em 1918, já preconizavam que as instituições de ensino superior priorizassem a democracia e o protagonismo na transformação social, atuando na construção de sociedades igualitárias, plurais e inclusivas. “Passados cem anos, essa necessidade é ainda mais premente. Nos mais diferentes contextos, a universidade representa um locus de resistência aos autoritarismos e opressões ao livre pensamento. Nas palavras do fundador da UFSM, José Mariano da Rocha Filho, ‘tornar o indivíduo capaz de intervir em sua realidade’ é um dos objetivos presentes em nossa instituição desde seus primórdios”, frisa. Leher, da UFRJ, complementa que a universidade pública deve ser um espaço de produção científica e cultural que esteja em uma relação dialógica com vários outros setores da sociedade, para assim ser capaz de dar conta da diversidade complexa que existe em um país como o nosso. “Ela tem de funcionar como um projeto auto-organizado, objetivando as melhorias dos problemas sociais por meio do uso crítico e inventivo da arte, da ciência e da tecnologia. É um ambiente de liberdade, de estímulo à criação e ao debate e de formação de pessoas produtoras de conhecimento”, sustenta.

Segundo Burmann, reitor da UFSM, vivenciamos uma grande expansão universitária nos últimos anos, com políticas de inclusão e

interiorização do ensino superior, que ampliaram a oferta de vagas e pluralizaram o ambiente acadêmico. “Mas é preciso ir além. A universidade necessita dialogar mais, ouvir a sociedade e oferecer respostas às suas demandas. É preciso promover o sentimento de pertencimento. A universidade pública, hoje, não é mais restrita ao acesso de uma minoria elitizada, mas aberta e inclusiva, mais democrática e diversa em sua composição”, comemora, acrescentando que, por agregar conhecimento e ciência, cabe a ela o papel de argumentar, chamar à reflexão e contribuir nos processos de resistência democrática e de desenvolvimento social e tecnológico.

**Impacto positivo** – Questionado a respeito das formas pelas quais a produção científica das universidades pode se mostrar mais identificada com os desafios estratégicos nacionais e internacionais, Burmann afirma não haver dúvida sobre o impacto positivo das universidades públicas para o país. “A pesquisa brasileira é desenvolvida quase em sua totalidade dentro das instituições públicas de ensino superior. Temos, no entanto, importantes desafios a encarar a fim de que essa produção científica retorne, de fato, à sociedade e seja reconhecida por ela. O principal deles é diminuir cada vez mais as distâncias entre a universidade e as comunidades às quais elas

MARIA LUISA VIANA/CCR-UFSM



Câmpus da Universidade  
Federal de Santa Maria



# missão

pertencem.” O reitor da UFSM tem defendido a necessidade de as universidades ampliarem sua sintonia com a população em todas as frentes, olhando com mais atenção às demandas sociais. “Somos parte do Estado e como tal compartilhamos essa responsabilidade em promover o bem-estar social e fomentar o desenvolvimento do país. Por isso, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a Universidade deve prezar pela busca por soluções para as demandas da sociedade, formando profissionais capacitados, éticos e conscientes de seu papel, mas também se aproximando cada vez mais das comunidades, abrindo suas portas para todos e estimulando o diálogo e a construção conjunta do conhecimento”, ressaltou.

Burmann observa igualmente que as universidades latino-americanas têm um papel central na emancipação social e na promoção do desenvolvimento nos respectivos contextos nos quais se situam. “A UFSM, integrada com suas parceiras históricas no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, vem fazendo sua parte ao desenvolver ações que fortalecem esse compromisso, promovendo um conjunto de políticas de inclusão social e alinhando-se a causas humanitárias, como o edital de seleção especial para refugiados e migrantes. Isso é pouco e resta muito ainda a ser feito em um compromisso coletivo com as universidades da América Latina, boa parte das quais se encontra posicionada em contextos extremamente deficitários quanto aos direitos mais básicos da população.” Ele assinala que o lema “Brasil acima de tudo” pode ser um ponto de partida para buscarmos estabelecer o diálogo com o novo governo, desde que este entenda, reconheça e valorize as universidades públicas como um patrimônio do povo, bens imprescindíveis para a soberania do país. “O primeiro caminho para se pensar a defesa da soberania nacional passa invariavelmente pelo fortalecimento da educação e pela recomposição dos investimentos públicos, respeitando a autonomia das instituições públicas e seu compromisso histórico para com uma formação humanista e socialmente comprometida. Como advertiu o sociólogo português Boaventura de Souza Santos em uma das exposições durante a CRES 2018, ‘A ideia de que o único valor do conhecimento é o valor de mercado é o que irá matar a universidade. Uma universidade que é sustentável porque financia a si mesma é uma universidade insustentável como bem comum, porque se transformou em uma empresa’”.

Por fim, Leher destaca que a universidade mantém interações com a economia e com a sociedade, mas não de maneira instrumental: “Não oferecemos soluções técnicas, utilizamos a capacidade inventiva dos alunos. A ciência, a arte, a cultura são formas sistemáticas de se pensar os problemas dos povos. Nosso engajamento não é técnico, mas ético. A universidade pública busca uma ética pública para que se formem profissionais que atuem de acordo e em favor dela. Queremos profissionais da saúde que trabalhem pela saúde pública; educadores que trabalhem pela educação pública; engenheiros que pensem a cidade como um espaço público”, reitera.

\*Repórter

\*\*Estudante do 7.º semestre de Jornalismo da UFRGS

**Presidente da Andifes resalta que mais de 90% da produção de conhecimento no Brasil é gerada nas instituições públicas**



DIVULGAÇÃO/ANDIFES

## Em busca de alianças com a sociedade

Criada em maio de 1989, ano em que o país voltou a escolher por meio de eleições diretas seu principal dirigente após décadas de ditadura civil-militar, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) representa as universidades, os centros e institutos federais em sua interlocução com o governo federal, as associações de docentes, técnico-administrativos e estudantes, além da sociedade em geral.

Nesta entrevista, o presidente da associação e reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Reinaldo Centoducatte, fala a respeito das perspectivas para a educação superior pública diante da vitória do candidato Jair Bolsonaro.

### De que forma as instituições públicas têm contribuído para os avanços nas áreas da ciência, tecnologia e inovação?

Mais de 90% da produção de conhecimento brasileira são feitos nas instituições públicas. E grande parte dela é originada nas universidades federais. Quando olhamos os itens orçamentários dessas instituições, descobrimos que englobam a folha de pessoal, a folha de pagamento dos aposentados, a manutenção e o funcionamento dos cursos de graduação, de pós-graduação, dos projetos de pesquisa e de extensão. Por isso, não é possível fazer um cálculo per capita do custo por estudante de graduação ou da quantidade de alunos que a universidade tem. Primeiro, porque a maioria das universidades brasileiras tem hospitais associados a elas, e isso representa uma despesa significativa, uma vez que esses hospitais estão dentro do SUS. Não existe política de saúde que não leve em consideração a importância dos hospitais universitários, especialmente do ponto de vista dos procedimentos de alta complexidade na área. Então, você tem de financiar. Além disso, a maioria das universidades tem teatro, TV, rádio e outros equipamentos que prestam serviços à comunidade que está nas suas regiões de inserção. Isso significa que temos uma produção para além da formação profissional dos alunos de graduação e de pós-graduação e que não dispõe de financiamento próprio. Por exemplo, há várias instituições que receberam a responsabilidade de cuidar do patrimônio histórico, do ponto de vista predial e estrutural, mas que não têm financiamento específico para esse tipo de gasto. Apesar disso, temos conseguido fazer com que as universidades funcionem

de forma satisfatória naquilo que é sua principal missão: o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, digo que temos um papel essencial que precisa ser compreendido. Acredito que a sociedade, de maneira geral, já percebe isso, mas precisamos que o poder político brasileiro, tanto na esfera do Executivo, do Legislativo e do Judiciário quanto em outros setores da sociedade brasileira, entenda a importância desse patrimônio para o nosso país. É importante que trabalhem na perspectiva de criar uma aliança dentro da sociedade capaz de preservar as instituições e o estado democrático de direito tão duramente conquistados nos últimos anos.

### Como a Andifes entende o cenário político pós-eleições?

As universidades, como instituições internacionais, são o lugar do livre pensar, da livre manifestação, da produção de conhecimento, onde todas as expressões, políticas, econômicas, ideológicas e de credos devem ter ampla liberdade. Temos garantias na legislação vigente reiteradas pelo recente posicionamento de ministros do Supremo ao reconhecerem que alguns juízes se excederam nas medidas tomadas em relação aos espaços universitários. É certo que, no calor das discussões que antecederam a eleição, entraram em debate possíveis retrocessos àquilo que conquistamos na democracia brasileira. Então, nossas universidades terão de estar vigilantes, buscando o apoio da sociedade para que esse espaço de liberdade seja preservado. Dizer que não há possibilidade de retrocesso ainda é prematuro, mas as ações que atentam contra os princípios constitucionais e a liberdade de expressão não podem proliferar. Aguardamos que o novo presidente tenha isso como um princípio fundamental, que respeite a Constituição e as leis brasileiras.

### Quais os riscos para o financiamento da educação superior pública?

Vivemos um processo de reduções orçamentárias e financeiras para a manutenção e o investimento das universidades e também dos institutos e centros federais de educação. Defendemos que o ensino universitário deva ser público e gratuito e que, para manter e ampliar a sua qualidade, seja fundamental que ele tenha o financiamento adequado. Isso significa dispor de recursos mínimos para a manutenção das atividades das universidades, isto é, do seu custeio

e daquilo em que ainda necessitamos investir para a melhoria da estrutura predial e dos equipamentos que compõem os laboratórios e a infraestrutura de funcionamento desses órgãos.

### Mas como isso será viabilizado diante do limite do teto de gastos aprovado pelo Congresso e dos cortes orçamentários?

Vivemos tempos difíceis do ponto de vista da elaboração do orçamento, mas temos conseguido negociar junto ao Ministério da Educação. Com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ficou estabelecido que o financiamento para a educação do Brasil seja através do MEC, e que o orçamento de 2019 tem de ser, no mínimo, igual ao deste ano, acrescido da correção inflacionária. Não temos esse número em definitivo, porque a peça orçamentária foi constituída ainda com os indicadores da LDO estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Agora, estamos na expectativa de um reajuste do orçamento ministerial que possa ser repassado às nossas universidades. Nos próximos anos, enfrentaremos um processo de negociação, procurando mostrar as necessidades das instituições para o seu pleno funcionamento e expansão.

### Qual o posicionamento da Andifes frente a possíveis mudanças nas políticas de cotas?

Primeiro, devemos ressaltar que nas universidades federais mais de 60% dos estudantes têm renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. Temos um grande contingente de jovens que antes eram excluídos da possibilidade de ingressar em um curso superior. Esse dado vai contra o argumento do candidato vitorioso, que diz que as instituições públicas abrigam uma elite. Isso não corresponde à realidade. É só analisar os números do Censo da Educação Superior 2017 (disponível em <https://bit.ly/2M022zP>), realizado pelo INEP. A maioria dos estudantes da UFES, por exemplo, não teria condição de subsidiar e concluir seus cursos se não tivéssemos essas políticas. Para nós, é urgente que os recursos da assistência estudantil sejam ampliados. Já tivemos um aumento em torno de 10% em relação ao montante do ano passado como proposta para o orçamento de 2019, mas isso ainda é insuficiente diante da demanda, já que lidamos com estudantes de baixa renda para os quais não temos recursos suficientes.





# Preservar direitos

**Perspectivas** *Novo governo traz insegurança para as políticas sociais no país enquanto o Congresso poderá colocar em votação pautas conservadoras*

Samantha Klein\* e  
Emerson Trindade\*\*

O clima de ódio e medo, observado ainda antes das eleições de 2018, contaminou as relações pessoais e resultou na contestação de políticas sociais, educacionais e econômicas já consolidadas no Brasil. Diante de uma onda conservadora que avança a passos largos, temas como a preservação dos direitos humanos são vistos como o acobertamento de criminosos e avanços em discussões sobre gênero e raça são demarcados como ideologias, corrompendo o sentido pedagógico do debate.

Em termos de base de sustentação, o novo presidente da República contará com um perfil mais conservador no Congresso. A Câmara dos Deputados e o Senado terão, a partir de 2019, uma das maiores taxas de renovação das últimas décadas, com uma maioria de deputados federais e senadores sem mandato no Congresso conquistando uma cadeira. No caso do Senado, de cada quatro senadores que tentaram a reeleição em 2018, três não conseguiram se eleger novamente. Assim, temas como Escola Sem Partido, propostas de revogação do Estatuto do Desarmamento, projetos de lei para alterar as regras de licenciamento ambiental e as já restritas possibilidades de realização de aborto legal poderão voltar ao debate.

**Avanço conservador** – O PSL foi o partido que mais cresceu nas últimas eleições parlamentares, saltando de uma para 52 cadeiras na Câmara Federal, ficando atrás apenas do PT. No Senado, conquistou quatro vagas – até este pleito não havia elegido nenhum senador. O Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp fez uma avaliação da nova composição parlamentar e do perfil dos eleitos, verificando que a centro-direita encolheu. Essa retração se mostra com os resultados de partidos tradicionais, como MDB e PSDB que, juntos, perderam 56 cadeiras. Já a esquerda teve pequena retração.

Os novos parlamentares e os reeleitos vão se deparar com pautas que já avançaram em algumas comissões da Câmara a partir da atuação da bancada

BBB (boi, bala, bíblia), que reúne representantes do agronegócio, de congregações católicas e protestantes e de entidades que defendem o armamento da população. Alguns dos projetos ferem direitos mínimos garantidos. É o caso de propostas que pretendem restringir ainda mais as possibilidades de realização de aborto legal. Atualmente, as mulheres somente podem fazer o procedimento em casos de estupro, fetos anencéfalos ou na possibilidade de morte da própria mãe. O cientista político Bruno Lima Rocha, professor dos cursos de Jornalismo e Relações Internacionais da Unisinos, diz que o PSL formará uma tropa de choque no Congresso.

O pesquisador destaca que, além das pautas conservadoras, existe o que caracteriza como o “conservantismo social”, que trata da preservação das relações sociais heteronormativas, monogâmicas e centralizadas na ideia da supremacia eurocêntrica. “Esse tipo de estupidez se reverte em uma política autoritativa. Porque ainda não sabemos se o discurso do presidente eleito é apenas proselitismo político ou se realmente poderá se configurar na aprovação de suas ideias. Seja como for, o prejuízo social já está feito, já que as pessoas se sentem autorizadas”, adverte o docente, aludindo aos recentes episódios de violência vinculados à polarização política.

Por outro lado, a redução da bancada vinculada aos sindicatos, mais ligada à esquerda, também poderá trazer prejuízos aos trabalhadores, segundo o professor do Programa de Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) Fernando Vieira. A bancada sindical será consideravelmente menor, levando em conta que somente 33 representantes foram eleitos para a Câmara Federal, em comparação aos 51 que atualmente exercem mandato.

O levantamento é do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), com base nos dados oficiais da Justiça Eleitoral. A partir do próximo ano serão 18 deputados a menos no debate dos interesses dos trabalhadores, como direitos previdenciário e trabalhista. A queda segue uma tendência que já vinha se verificando desde as eleições de 2014, quando a

bancada sindical caiu de 83 para 51 integrantes. “A eleição do presidente eleito, unida a uma bancada menor, favorece o processo de desmonte dos direitos trabalhistas. Ou seja, haverá uma dificuldade muito maior para eventualmente reverter qualquer um dos dispositivos da reforma já aprovada”, enfatiza.

Essa redução não tem relação somente com a onda conservadora. Conforme Vieira, um dos aspectos mais importantes foi a alteração, ainda em 2008, de diretoria da Central Única dos Trabalhadores, importante agente da luta sindical, que a tornou mais um instrumento de legitimação das políticas do governo Lula do que efetivamente uma entidade sindical que tenha um eixo de atuação em favor dos trabalhadores. “Tanto é que no pós-governo de Lula há uma divisão interna da CUT com a criação da CTB, Intersindical, Conlutas. Ou seja, há uma compreensão por parte dos trabalhadores de que a CUT perde a sua principal característica, que é a intransigência na defesa dos trabalhadores”.

A profusão de sindicatos e candidatos ligados a eles, além da redução drástica da arrecadação da contribuição sindical, fez com que os postulantes a vagas no Congresso se vissem sem financiamento para as campanhas. “No Rio de Janeiro, por exemplo, o deputado federal Chico Alencar (PSOL), que tentou se eleger senador, durante muito tempo foi eleito parlamentar pelo voto dos professores. Havia um caminho natural para isso e dessa vez não aconteceu. O movimento sindical não está conseguindo encontrar lideranças que efetivamente tenham força política junto à categoria”, finaliza Vieira.

**Educação e preconceito** – A polêmica do “kit gay” foi explorada na campanha do presidente eleito. Em um vídeo postado nas redes sociais e em discursos na tribuna da Câmara dos Deputados, ele afirmou que alunos de escolas públicas receberiam um livro que ensinaria sexo para crianças e como ser homossexual. O material nunca chegou às escolas nem tinha o teor difundido por ele.

A oposição à discussão sobre questões de gênero tem amparo em agendas religiosas, assim

como o combate ao casamento homossexual e ao aborto com o discurso do suposto risco à destruição da família. Conforme pesquisadores da Educação, o debate educacional sobre gênero e identidade pode colaborar na prevenção à violência contra a mulher, à homofobia e à gravidez na adolescência. Para a professora da Faculdade de Educação (Faced) Jane Felipe, a perspectiva de ideologia de gênero é um retrocesso baseado em uma confusão proposital: “Uma coisa são as relações de gênero, ou seja, como são construídas as masculinidades e feminilidades a partir de contexto histórico e social. Outra coisa são as identidades de gênero, ou seja, a forma como as pessoas orientam seus desejos afetivos sexuais para pessoas do mesmo sexo”.

Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado pelo Congresso Nacional, após várias discussões, sem o trecho que se referia especificamente a gênero, tendo como consequência a ausência do tema em planos municipais e estaduais. A professora Jane Felipe destaca que a medida despertou receio em trabalhar com o tema em sala de aula. “Soma-se a isso a disseminação desse pânico moral entre as famílias, que passam a pressionar as escolas, e os vários grupos organizados que ameaçam os educadores dentro da perspectiva do movimento Escola sem Partido. Acontece que a escola deve ser entendida como um lugar produtor de conhecimento, o que significa dizer que qualquer tema que a criança traga para a escola deve ser discutido, até porque informação também é proteção. A violência igualmente se afirma por conta do preconceito de gênero.”

A discussão sobre planos de educação no Brasil foi um dos elementos que deixou mais claro o antagonismo entre os projetos apresentados na última eleição. Para a também professora da Faced Maria Beatriz Luce, o Brasil vive um período de expansão da escolaridade, com momentos de maior ou menor velocidade. A docente acredita que os desafios do país em educação são continuar as metas traçadas pelo PNE, desenhadas a partir de parâmetros internacionais, e combater a desigualdade entre as regiões. “Poucos são os pa-

íses abaixo do Equador que já conseguiram realizar a universalização da educação básica e dar condições de igualdade no acesso e na permanência. Esse é o nosso desafio geral, e temos que tratar da superação das desigualdades regionais, que são visíveis e inaceitáveis”, constata a ex-secretária da Educação Básica do Ministério da Educação entre 2014 e 2015.

**Segurança pública** – Os dados do mais recente Atlas da Violência confirmam o aumento alarmante desse fenômeno social. Em 2016, o país registrou 62.517 homicídios, alcançando a taxa de 30,3 mortes a cada 100 mil habitantes, com crescimento dos assassinatos principalmente nas capitais do Nordeste. Conforme o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2006 a 2016, o número de negros alvos de homicídio aumentou 23%, enquanto o de não negros caiu 6,8%.

A redução desses indicadores deve ser a prioridade para o governo, segundo a avaliação da professora do Programa em Pós-graduação em Sociologia da UFRGS Letícia Maria Schabbach. Ela sugere a realização de um pacto pela vida e não pelas armas, aos moldes dos praticados em estados como Pernambuco, Ceará e Minas Gerais. As propostas incluem um fator considerado chave pela docente, que é a integração entre agentes de segurança.

“Era uma proposta muito promissora porque foram construídos centros de integração entre as polícias, o Ministério Público e o Judiciário em todo o país para melhorar o processamento e a investigação dos homicídios, mapear os locais onde acontecem os crimes e suas causas e, com isso, atuar mais efetivamente na prevenção”, pontua. A pesquisadora na área da Segurança Pública ressalta que uma das mais eficientes medidas no combate à violência transita pelo gerenciamento e pela avaliação das forças de segurança aos moldes dos sistemas de avaliação de educação e saúde.

Mais pessimista, o professor de Relações Internacionais da Unisinos Bruno Lima Rocha fala em pesadelo societário. “A sociedade brasileira regride a passos gigantes em relação às conqui-





tas da Constituição de 1988. E essa não é questão de governo, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, foi aprovado durante o governo FHC, que era neoliberal. Agora, no entanto, poderemos viver um processo de anulação ou flexibilização de direitos adquiridos, abertura liberal da economia e autorização do Estado para que as pessoas e os policiais cometam violência. A sociedade terá de recomeçar do zero”, lamenta.

**Economia** – O crescimento econômico será o grande desafio do próximo governo. Na avaliação do professor da Faculdade de Economia da UFRGS Flávio Fligenspan, esse será o vetor para começar a resolver outros problemas, como o alto índice de desemprego e a retração da produção nacional.

Depois do recuo de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015 e em 2016 e do crescimento de apenas 1% em 2017, a perspectiva de aumento da economia para 2018 está em pouco mais de 1%. “Significa que num período de quatro anos andamos para trás, e nada pode ser pior em economia. Se a conta fosse feita em termos per capita, o resultado seria ainda mais negativo, dado o aumento da população. Os números são suficientemente fortes para mostrar o tamanho do problema em que nos metemos, com repercussões sobre emprego, inadimplência e fechamento de empresas”, destaca Fligenspan.

O docente aponta que foi criado um dogma de que o gasto governamental é sempre algo ruim, o que acaba por prejudicar ainda mais o desenvolvimento do país. O pesquisador lembra que os investimentos em grandes obras públicas são propulsores para a retomada dos aportes da iniciativa privada. “A sociedade inventou essa fantasia alegando déficit, que, claro, pode ser gerado, mas o empresariado não tem e não terá a iniciativa de realizar investimentos em mobilidade e logística. Grandes obras geram milhares de empregos, e quem toma a dianteira sempre é o governo federal.”

No contexto de crise, as políticas públicas da área social também tendem a ser esfareladas. Difícilmente um governante terá coragem de acabar com o Bolsa Família, por exemplo, mas

medidas podem ser realizadas para diminuir a importância do programa, que atualmente tem 13,9 milhões de beneficiários. De acordo com as normas atuais, as bolsas são fornecidas segundo os dados do censo demográfico feito pelo IBGE. No entanto, o governo Temer já sinalizou que não destinaria os recursos necessários para fazer um censo completo, com custo de R\$ 3,4 bilhões. A pós-doutoranda do PPG em Políticas Públicas da UFRGS Aline Hellmann acredita que o censo de 2020 está ameaçado por ser uma pesquisa cara. “Existe um segmento político que não vê vantagens, considerando que outras empresas poderiam fazer. Porém, é uma ótica enviesada, uma vez que esses dados são muito valiosos no mercado. Já a falta dessas informações compromete diretamente a elaboração e aplicação das políticas sociais no país”, argumenta.

Especialista em monitoramento de políticas sociais, ela ressalta que o Bolsa Família não pode ser visto como um benefício isolado que logrou retirar milhões de famílias da extrema pobreza. Há um conjunto de outras políticas, como a condicionalidade da manutenção das crianças na escola e vacinadas, o que reduz futuros gastos com saúde pública, e a valorização real do salário mínimo. Hellmann reconhece, no entanto, que a política baseada no consumo foi exaurida, e a crise mundial ocorrida em 2008 recaiu sobre a economia brasileira.

De acordo com Fligenspan, em um panorama de recessão e de mercado internacional fraco, os outros setores que poderiam puxar para cima o crescimento da economia estavam bloqueados. “Restou esperar o tempo passar e torcer para que alguns entraves fossem solucionados, como a redução da inadimplência, por exemplo, o que recolocaria consumidores em posição de novamente contratarem operações de crédito e assim ativarem o comércio e a indústria. Esse ajuste, entretanto, tem sido lento porque o mercado de trabalho tem custado para sair de sua pior crise”, conclui.

\*Repórter

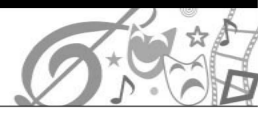
\*\*Estudante do 8.º semestre de Jornalismo da UFRGS



FOTOS: FLÁVIO DUTRA/JU





**Conhecidos de Vista**

Letícia Lampert  
São Paulo: Editora Incompleta,  
2018  
152 páginas  
R\$ 70,00 (preço médio)

## Paisagem afetiva urbana

Lucas Borghetti\*

A fim de responder como as pessoas se relacionam com a vista da janela, Letícia Lampert percorreu o centro de Porto Alegre à procura de apartamentos para fotografar. Janelas em que a abertura para o mundo é interrompida por outro prédio consiste no tema central da pesquisa sobre paisagem urbana realizada pela artista visual. Durante esse processo, Letícia observou que o relato dos moradores sobre seus vizinhos era tão relevante quanto as imagens. “O que me motivou foi ouvir depoimentos bastante afetivos de pessoas confortáveis com a presença do outro. Mesmo nessa situação que não é ideal, ter sua vista barrada por outro prédio, podem surgir coisas positivas.”

O ensaio faz parte da pesquisa acadêmica de Letícia e foi exibido ao público pela primeira vez em 2013 na sala Augusto Meyer da Casa de Cultura Mário Quintana – apresentação que marcou a conclusão do mestrado em Poéticas Visuais e contou com a presença da banca de avaliação do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRGS. Durante a exposição, as fotografias eram projetadas na parede da sala em escala semelhante à dos apartamentos, o que, segundo a artista, garantiu presença e veracidade à obra. Junto às imagens, a voz das pessoas contando o que sabiam do vizinho era reproduzida em áudio. “O trabalho tinha um corpo e merecia ser visto com calma”, discorre Letícia. Foi nessa ocasião que surgiu a vontade de fazer um livro. *Conhecidos de vista: um olhar sobre as relações de vizinhança através das janelas das cidades* é lançado este ano pela editora Incompleta.

A publicação apresenta 84 fotografias distribuídas em 152 páginas sanfonadas, permitindo, de início, duas perspectivas. De um lado, o leitor observa a vista para a fachada de edifícios

se repetir em uma linha contínua de páginas. Do outro, o interior de apartamentos no qual a janela emoldura a vista para outro prédio e depoimentos anônimos em texto. São objetos presentes que garantem a particularidade de cada fotografia, seja interna ou externa. O homem que vagueia sem camisa ou a mulher que limpa a janela debruçando-se perigosamente sobre o peitoril constituem os detalhes que evidenciam o encontro entre os relatos pessoais e a fotografia. Dessa forma, apresenta-se a multiplicidade de pontos de vista embaralhados no livro, garantindo o anonimato que, segundo Letícia, faz o relacionamento funcionar.

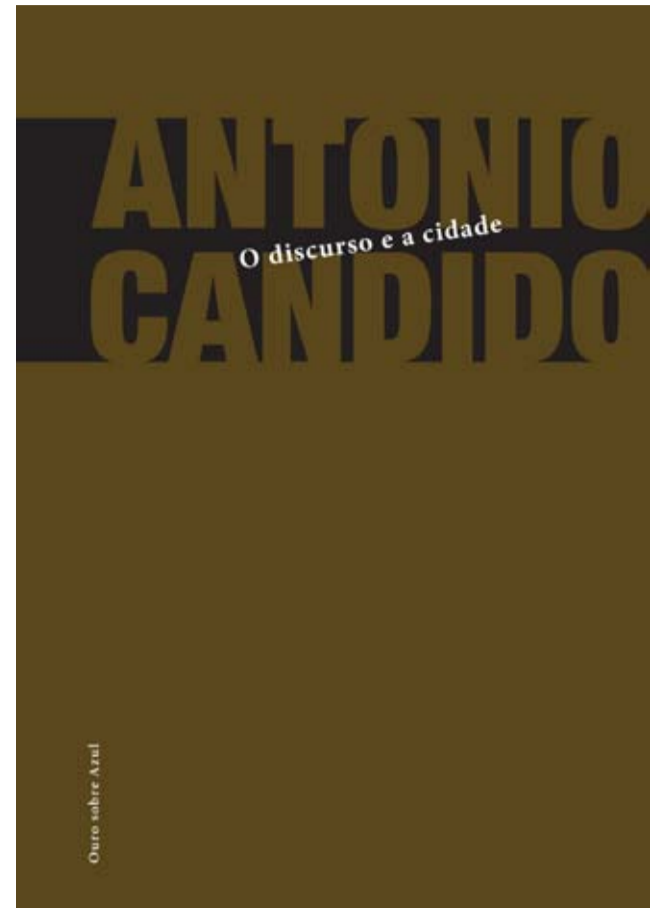
“O livro tem mais profundidade, porque acaba criando mais camadas de leitura. O projeto, mesmo sendo uma continuação, acaba variando um pouco.” Letícia não considera um formato ideal para apresentar as fotografias, sendo que cada meio acaba tendo ganhos e perdas. Na edição impressa, é apresentado um número maior de fotografias do que na exposição.

*Conhecidos de vista* é um trabalho livre e autoral, sendo que Letícia é responsável também pela concepção gráfica do livro, tornando ele mesmo uma obra de arte. A artista visual garante que a essência do projeto permaneceu a mesma ao longo dos cinco anos entre a busca por um meio de produzir o livro e o resultado. “Com esse tempo acabei desenvolvendo um pouco mais, o projeto foi ganhando algumas complementações.” O ensaio busca romper com a visão negativa de ter a vista interrompida por outro prédio, evidenciando por meio da fotografia as relações de afetividade entre pessoas que, apesar estarem próximas, mantêm-se, muitas vezes, distantes.

\*Estudante do 4.º semestre de Jornalismo da UFRGS

**O discurso e a cidade**

Antonio Candido  
Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015  
288 páginas  
R\$ 49,00 (preço médio)



## Dialética, precisamos de dialética

Guto Leite\*

Tempos mais duros parecem impor a nós reações mais duras. Como se precisássemos nos desfazer de conquistas civilizatórias para estar à altura do que virá. Penso o contrário. Precisamos, sim, radicalizar nossas posturas, mas radicalizar no sentido de não abrir mão do humano, de estarmos vivamente vivos, reagindo, nos movimentando, sentindo, pensando. No campo da crítica, salvo engano, é o método dialético – que busca ler forma estética e sociedade mutuamente implicadas – que consigo do melhor modo cultivar a humanidade do crítico e do leitor. Um grande exemplo de obra dialética, imprescindível para o atual momento do país, é *O discurso e a cidade*, de Antonio Candido. Trata-se de conjunto robusto de textos e apontamentos, mas vou me deter em dois ensaios, dentre os maiores já escritos na crítica literária nacional e que, creio, podem ser lidos com proveito por qualquer leitor interessado.

O primeiro, *Dialética da malandragem*, versa sobre um romance desprezioso da metade do século XIX, *Memórias de um sargento de milícias*, de Manoel Antonio de Almeida. Candido demonstra que o autor, na representação das personagens e das situações, na construção do narrador e no próprio balanço do livro, foi capaz de apreender certa dinâmica profunda do funcionamento da sociedade carioca de então, em que homens livres – que mais tarde delineariam a classe média brasileira – oscilavam, aproximando-se e distanciando-se do mundo da ordem e da desordem. Para que o pudessem fazer eficientemente, sem amarras, as ações desses homens eram antes medidas pelo efeito do que por alguma moral que as considerassem

certas ou erradas. Afim ao jeitinho, à conciliação e à cordialidade, esse imperativo pragmático do homem livre configura-se como aspecto saliente da formação nacional. Ler esse traço no romance, arqueologicamente, nos faculta a possibilidade de lermos nossa sociedade e outras obras à luz do alcance e dos limites da disposição malandra.

O segundo, *De cortiço a cortiço*, tem por escopo o romance de Aluísio Azevedo de 1890. Nesse ensaio, Candido argumenta que as dissonâncias da obra do autor brasileiro em relação a seus modelos naturalistas devem ser lidas atentamente, não como limitações de quem copia, mas como tentativas originais de interpretar e representar o próprio mundo. Por esse princípio, o crítico desvela, sob o objetivo narrador em terceira pessoa, típico do realismo, uma subjetividade inapagável e ressentida, que troca de sentido algumas representações de *O cortiço*. Por uma leitura desarmada, João Romão, português que burla e explora para ascender na vida ao preço da vida de muitos, sai vitorioso. Pela leitura de Candido, percebemos o chiste do brasileiro branco, escravocrata e ocioso, em decadência, tal se dissesse: “para subir, o português precisou estar entre os negros e trabalhar como um bicho. Um degradado!”

Com duas leituras agudas de Candido, sobre a classe média e sobre a elite, espero ter aguçado a curiosidade do leitor para *O discurso e a cidade*. Para além delas, e por extenso, estou certo de que recomendo um exemplo robusto de dialética, o melhor que posso recomendar a todos neste momento.

\*Professor de Literatura Brasileira da UFRGS



## Meu Lugar na UFRGS

# Lutar para ressignificar

**Trajetórias** No aniversário de 84 anos da UFRGS, reunimos as histórias de três pessoas que, de diferentes formas, lutaram para que a Universidade se tornasse um lugar mais relevante

Uma universidade pública é composta por alunos, professores e técnicos que, juntos, movimentam a vida universitária para fazê-la como ela é: ativa, dinâmica e diversa. A instituição constantemente se reinventa como lugar de encontro de pessoas, de trocas de ideias, de criação de conhecimentos. Ao mesmo tempo, luta para permanecer como um espaço público, reconhecido e igualitário. Assim, especialmente para celebrar mais um aniversário da UFRGS, apresentamos três pessoas que ocuparam diferentes posições na estrutura acadêmica. Cada uma, em diferentes momentos, com diferentes objetivos, deixou sua marca na memória da Universidade.

**Wrana Panizzi, ex-reitora** – A valorização da educação como um bem público social é uma luta constante. Essa foi, talvez, a principal causa defendida pela professora Wrana Panizzi enquanto reitora da UFRGS entre 1996 e 2004 – período em que começava, em termos internacionais, um movimento de mercantilização da educação, que apresentava esta como um bem de valor econômico, e não social. “Isso se refletia em um período em que era necessário fazermos valer a instituição. Era preciso trabalhar com um espírito de pertencimento, fazer com que cada um sentisse que nós estávamos aqui não para produzir uma

mercadoria, mas para fazer com que todos pudessem partilhar do que aqui é produzido, bem como da própria produção dessas coisas”, relata a docente.

Esse sentimento de pertencer a uma comunidade foi essencial para a atuação de Wrana como reitora. A professora conta que a responsabilidade de estar no cargo naquele momento se moldou com o apoio da Universidade como um todo. “Eu me sentia pequena, mas ao mesmo tempo a força vinha de alguns espaços. Esse meu lugar enquanto reitora acabou tomando uma configuração a partir da convivência que eu tive com a comunidade universitária. Foi ela que me fez entender o papel de reitora de uma instituição como esta.”

A defesa de uma universidade pública, gratuita e autônoma seguiu sendo a pauta norteadora do trabalho da docente após deixar a reitoria: “Os desafios existem para serem enfrentados. Quanto maior eles forem, mais força você tem. E você precisa acreditar naquilo que faz. Eu acreditava e acredito na Universidade, pois ela é uma instituição, não apenas uma organização ou departamento da estrutura institucional. Ela, sem dúvida alguma, faz parte das fundações que compõem uma nação.”

**Maria Conceição Lopes Fontoura, técnica em assuntos educacionais** – Do antigo Ins-

tituto de Química Industrial à Faculdade de Educação, a técnica em assuntos educacionais Maria Conceição Lopes Fontoura já passou por inúmeros espaços da Universidade. Há quatro décadas, sua vida acontece aqui dentro, espaço onde encontrou o ponto de união entre a profissão, os estudos e a militância. “A minha relação com a UFRGS envolve o fato de eu ter estudado aqui, de eu trabalhar e militar aqui. Tudo está atravessado.”

Maria Conceição ingressou na UFRGS em 1971 como aluna do curso de Letras e, dois anos depois, foi aprovada em um concurso como Oficial de Administração da Universidade. A defesa pela causa negra sempre foi o norte em sua atuação como aluna e como servidora, trazendo uma importante contribuição para a luta dentro da instituição. Foi, inclusive, a primeira aluna negra da FACED, onde cursou mestrado e doutorado, a tratar do tema da busca de uma educação antirracista que promova a cultura negra nos currículos escolares. Igualmente, resgatou um rico conjunto de informações a respeito do que a UFRGS conhece sobre a demanda da presença de temas ligados à educação étnicorracial.

Em sua atuação como técnica, participou da promoção de atividades, eventos e seminários que trouxessem o movimento negro como pauta para a comu-

nidade acadêmica, dentre eles, a peça *Negro, negrada, negrice*, que apresentava a história das pessoas negras no Rio Grande do Sul aos alunos ingressos de outras partes do país. Defendeu também a implementação do programa de ações afirmativas como uma medida para tornar a Universidade – e, consequentemente, a sociedade como um todo – um ambiente de igualdade.

“Eu me vejo na história da UFRGS como uma pessoa que tem um compromisso com a sociedade em que vive. Tenho que fazer o meu trabalho como servidora e, como aqui é um espaço em que eu posso exercitar a minha militância na busca da construção de uma sociedade melhor, busco fazer esta a minha atribuição”, conclui.

**Gabriela Fischer Armani, graduada em Direito** – Acompanhar todas as fases públicas dos concursos prestados na Universidade sempre foi uma prática comum entre os alunos da Faculdade de Direito da UFRGS. O exercício, no entanto, desencadeou, em 2014, um movimento que ficou para a história dos alunos do curso e da Universidade: o Ocupa Castelinho, como é conhecido o prédio que abriga o curso.

Ao verificarem irregularidades em um concurso, os alunos reivindicaram a anulação da prova através de um movimento que du-

rou seis meses de manifestações e pedidos de escuta sem retorno, resultando na ocupação da Faculdade de Direito. Para a advogada Gabriela Fischer Armani, que na época participou do movimento como estudante de Direito e presidente do Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR), a marca da ocupação foi o movimento de quebra institucional dentro do Direito. “É uma coisa muito forte a ideia de que se podem fazer manifestações e discussões para além das vias formais. A ocupação representou o momento de os alunos se colocarem em um lugar não institucional, porque a faculdade é um ambiente muito institucional em que se aprende a lidar com mecanismos institucionais”, relata.

Para Gabriela, o que define a ocupação foi a tentativa de “desencastelar” o Direito, “tirar ele de um pedestal e trazer para a aplicabilidade na vida das pessoas”, explica. “O movimento representou a visibilização de uma esfera de fiscalização extraoficial, que eram os alunos. Foi importante nesse sentido escutar a voz do aluno enquanto alguém que não integra a Universidade só para a sua formação, mas de fato como parte da administração.”

Isabel Linck Gomes,  
estudante do 4.º semestre de  
jornalismo na UFRGS



Os relatos de Wrana Panizzi (E), Maria Conceição Lopes Fontoura (centro) e Gabriela Fischer Armani (D) somam-se aos de muitos outros na história da Universidade

**Você tem o seu lugar na UFRGS?** Então escreva para [jornal@ufrgs.br](mailto:jornal@ufrgs.br) e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local





# a universidade VIVE

FOTOS E TEXTO **FLÁVIO DUTRA**



A experiência universitária é uma das marcas fundamentais na vida de muitas pessoas – tempo de transformação pessoal, profissional, existencial. A universidade é espaço de convivência, de trocas, de aprendizado, de ensinamento. Para que isso aconteça e para que se mantenha relevante, a própria instituição precisa se transformar, avançar, melhorar constantemente. Na UFRGS, esse processo, que é parte de sua construção desde que foi criada em 1934, foi mais perceptível ao longo dos últimos 20 anos. Novos cursos foram criados, ampliou-se a democratização no ingresso, dando possibilidades a quem antes não acessava o ensino superior. A produção acadêmica se incrementou com o reequipamento de laboratórios e bibliotecas, com a construção e reforma de novos e antigos prédios. Novos tempos se descortinam e esperamos que a capacidade de a Universidade permanentemente se reinventar seja ampliada, não perdendo sua capacidade de, ao mesmo tempo, resistir.